



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho

CONTRAFÉ



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, DOUTOR GETÚLIO
VARGAS DE MORAES OLIVEIRA:

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
SERPET

12/11/2014

15:24:21

28168



DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA: Exmo. Desembargador ALFEU
MACHADO da 3ª. Turma Cível deste Tribunal (AI nr. 2014.00.2.026321 -9).

VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, Concessionária de Serviço Público
de Transporte Urbano,, inscrita no CNPJ sob n. 05.830.982/0001-62, com endereço no
SGCV Sul, Lote 18, Brasília – DF, por seu procurador abaixo assinado (*doc. 01*), vem,
respeitosamente, inconformada com a decisão interlocutória proferida pelo MD. Juiz de
Direito da 2ª. Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, Doutor Álvaro Luis de A. S.
Ciarlini, que indeferiu pedido de tutela antecipada nos autos da ação de obrigação de
fazer de rito ordinário, autos de n. 2014.01.1.168984-8, em que contende com o
DISTRITO FEDERAL e o DFTRANS – TRANSPORTES URBANOS DO
DISTRITO FEDERAL, vem, respeitosamente, interpor o presente **AGRAVO DE
INSTRUMENTO**, com pedido de antecipação de tutela da pretensão recursal, com
efeito ativo, com fundamento no art. 527, II e III do CPC, nos termos adiante
descritos:



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



Primeiramente, cumpre destacar que a distribuição por dependência se faz necessária, considerando que o Exmo. Desembargador Alfeu Machado já se manifestou recentemente sobre a mesma questão ora em debate, tendo concedido medida liminar favorável a outra empresa concessionária de serviço público de transporte coletivo desta Capital, que ajuizou ação com o mesmo objeto, contra os mesmos Agravados.

Na realidade, os Agravados vêm descumprindo com a sua obrigação contratual mais básica em relação a todas as empresas concessionárias, qual seja: a do pagamento dos serviços prestados, fato este que está levando o Sistema de Transportes à bancarrota, com prejuízos à população.

Desta forma, como a matéria já foi decidida recentemente pelo Desembargador Alfeu Machado da 3ª. Turma deste Tribunal (**doc. 02**), faz-se mister a distribuição do presente feito por dependência.

Os Agravados são o DISTRITO FEDERAL (pessoa jurídica de direito público com sede no Palácio do Buriti – Brasília – DF e o DFTRANS – Transporte Urbano do DF (autarquia distrital, com sede no SAIN – Estação Rodoferroviária – Ala Sul – Sobreloja).

Junta a Agravante cópia completa dos autos da ação de obrigação de fazer e declara, por seu patrono, que todos os documentos são autênticos (**doc. 03**).

Desta forma, faz-se necessário o recebimento da presente petição como Agravo de Instrumento, na forma do art. 527, II, do CPC, considerando que a



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



decisão agravada, se mantida, causará à Agravante lesão grave e de difícil reparação. Mais do que isso, a manutenção da decisão, como será aqui demonstrado, causa à sociedade brasiliense, principalmente aos que necessitam de transporte público coletivo, prejuízos de toda sorte, eis que implica em retirar da Agravante, concessionária de serviço público de transporte, capital que lhe pertence e que deve ser usado para pagamento de seus compromissos, entre eles o salário de seus empregados.

Assim, desde a última sexta-feira, a empresa enfrenta pela primeira vez na sua existência GREVE de seus empregados, insatisfeitos, com toda razão, por ainda não terem recebido seus salários, fato este que está causando um verdadeiro caos urbano, com mais de 200.000 duzentos mil usuários prejudicados, conforme amplamente noticiado por todos os meios de comunicação locais.

Por oportuno, junta-se aos autos o comprovante de pagamento das custas recursais (*doc. 04*).

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 11 de Novembro de 2014.

WANDERLEY G. DE CASTRO FILHO
OAB/DF 8.018



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

RAZÕES DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

ORIGEM: 2ª. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF – Ação de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela Antecipada nr. 2014.01.1.168984-8.

AGRAVANTE: VIAÇÃO PIONEIRA LTDA

AGRAVADAS: DISTRITO FEDERAL E DFTRANS

Colenda 3ª. Turma

Ilustríssimo Desembargador Relator Alfeu Machado.

I - DA TEMPESTIVIDADE

A Agravante tomou ciência da decisão agravada por meio da Certidão de fls....., no dia 10.11.14, que constituiu no indeferimento da tutela antecipada pleiteada, razão pela qual não há dúvida alguma de sua tempestividade.

II - DA NECESSIDADE DE RECEBIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO – DO PERICULUM IN MORA.

Sabe-se que *“das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão de grave e difícil reparação”* (art. 522 do CPC). Noutras palavras, limitou-se as hipóteses de cabimento de agravo de instrumento.



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



Cabe ao relator do agravo de instrumento, pois, monocraticamente, aferir se o caso levado à sua apreciação se amolda ou não às exceções do caput do art. 522 do CPC, avaliando *in concreto* se a decisão resistida é passível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação.

Fora os casos de apreciação meramente objetiva referentes à inadmissão do recurso de apelação e aos efeitos em que recebido o apelo, de modo singelo, basta ao relator ler a decisão agravada para concluir se está diante de alguma das previsões legais de cabimento de agravo de instrumento.

O outro caso refere-se ao *periculum in mora*, a partir da fórmula “*decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação*”. O perigo a justificar a imediata atuação jurisdicional por força de concessão de efeito suspensivo ou de antecipação da pretensão recursal (o antigo efeito suspensivo ativo) deve ser explicitamente narrado pelo agravante.

Para demonstrar a existência real de perigo de dano, junta a Agravante reportagens (*doc. 05*), entre outros documentos já juntados na Exordial que atestam que os próprios Agravados reconhecem que devem à Agravante mais do que **R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)**, sendo que o verdadeiro valor da dívida, na data de hoje, já está próximo de **R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais)**, se considerarmos o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Vejamos apenas alguns trechos das últimas notícias da mídia, bem como “confissões de dívida” de diretores dos próprios Agravados:



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



“Certifico, a requerimento do interessado, que após consulta à Diretoria Administrativo-Financeira e Diretoria Técnica desta Antarquia, verificamos que nesta data, é devido à empresa requerente o valor aproximado de R\$ 12.300.000,00 (doze milhões e trezentos mil reais) referentes à “Operação Branca” do BRT, PNE/PLE e Diárias, todos referentes ao exercício de 2014. Certifico, ainda, que o pagamento do valor anteriormente citado será realizado tão logo seja disponibilizado o orçamento e o financeiro necessários”.

“RODOVIÁRIOS CRUZAM OS BRAÇOS PARA COBRAR SALÁRIO”. (...)

O diretor-geral do DFTrans, Jair Tedeschi, explicou que o governo deve ainda R\$ 12.000.000,00 (doze milhões) para a Viação Pioneira. Para saldar a dívida, a empresa teve de pegar empréstimo com o Branco de Brasília (BRB). “Não tem orçamento. Estou me reunindo com a equipe do departamento da economia para ver o que podemos fazer”, afirmou”.

(...)

“O Transporte Urbano do DF (DFTRANS) reconhece a dívida de 15 milhões com a empresa, mas não apresenta sequer proposta de quitação do débito...”

“Paralisação prejudica 200 mil”.

É o que se chama de **“APAGAR DAS LUZES”**, conforme bem explicita a reportagem da Revista Veja Brasília desta semana (*doc. 06*), que aponta o **“maior rombo nas contas públicas na história do DF”**.

III - DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR PARTE DOS AGRAVADOS.



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



O Distrito Federal, primeiro Agravado, celebrou com a Agravante o contrato de concessão para prestação de serviços públicos de transporte urbano, nele figurando como Poder Concedente, cabendo-lhe, portanto, dar fiel cumprimento às disposições inseridas no instrumento contratual, bem assim às normas legais e regulamentares que disciplinam a concessão outorgada à Agravante.

Já o segundo Agravado, DFTRANS, é a autarquia responsável pela gestão do transporte coletivo urbano no Distrito Federal, competindo-lhe repassar às concessionárias o montante correspondente à remuneração ajustada nos contratos de concessão, dentre outras atividades.

Lamentavelmente, as normas legais e contratuais que disciplinam a remuneração da Agravante vêm sendo descumpridas paulatinamente pelo Distrito Federal e pelo DFTRANS, eis que os Agravantes vêm deixando de efetuar a maior parte dos pagamentos contratados, razão pela qual a Agravante se viu obrigada a ajuizar a competente Ação de Obrigação de Fazer, cujo pedido de antecipação de tutela foi **INDEFERIDO** pelo Juízo Singular.

Ora, conforme informado, a Agravante participou e se sagrou vencedora da Bacia nr. 02 da Concorrência Pública nº 01/2011 deflagrada pelo Governo do Distrito Federal – GDF que visava a seleção de empresas para “concessão do Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF”. Em



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



decorrência disso, assinou o Contrato de Concessão, e, a partir daí, cumpriu com todas suas obrigações contratuais, tendo feito vultuosos investimentos, superiores a R\$ 180.000.000,00, com renovação total de sua frota de ônibus.

Entretanto, conforme já explicitado, as Agravadas, apesar terem reconhecido que devem exorbitante quantia à Agravante, deixam simplesmente de pagá-la sem qualquer justificativa plausível, em clara afronta à Cláusula XV 2.2 do Contrato de Concessão, que dispõe que: *"Os valores oriundos do repasse do subsídio e do pagamento da tarifa usuário por meio de comercialização de créditos eletrônicos, bem como as eventuais receitas acessórias, serão consolidados na Conta de Compensação, sendo repassados diariamente à concessionária, na forma e na periodicidade definidas no Decreto Distrital 33.559, de 1º de março de 2012 (Anexo II do Edital), em montante que, acrescido das receitas em espécie auferidas diretamente pela concessionária, totalize o valor de sua tarifa técnica multiplicado pelos passageiros pagantes transportados por ela no mesmo período"*.

Na realidade, a atitude das Agravadas certamente constitui patente improbidade administrativa.

Certo é que a as Agravadas vêm atrasando os pagamentos diários das tarifas relativas aos passageiros efetivamente transportados pela Agravante, demonstrando TOTAL INADIMPLÊNCIA em relação às suas obrigações contratuais mais básicas, fato este que está levando a Agravante à bancarrota,



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



encontrando-se os seus serviços PARALISADOS POR UMA GREVE que já dura mais de 1 SEMANA.

Conforme indica claramente a cláusula contratual XV 2.2 acima transcrita, **os repasses dos valores devidos à Autora pelo DFTRANS deveriam ocorrer “diariamente”**, observando-se o disposto no Decreto Distrital nº 33.559/2012, que disciplina de modo detalhado o procedimento a ser observado. Confira-se:

Art. 4º. A consolidação dos repasses e pagamentos da remuneração dos delegatários do serviço básico rodoviário do STPC/DF obedecerá ao seguinte procedimento:

*I – observadas as disposições da Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, a entidade gestora [DFTRANS] identificará, **diariamente**, junto aos registros do sistema de bilhetagem automática, o número de passageiros pagantes transportados pelo delegatário no dia anterior;*

*II – os montantes levantados na forma do inciso anterior serão multiplicados pelo valor atualizado da tarifa técnica do respectivo delegatário, definindo o produto da remuneração que lhe será devida, **a ser repassada diariamente**;*

III – os valores em espécie, arrecadados pelo delegatário por meio da cobrança de tarifa nos ônibus e, quando houver, nos terminais e estações de transbordo do Sistema, no dia de referência para o cálculo de remuneração definido no inciso anterior, permanecerão em sua posse, a título de pagamento antecipado;

*IV – o saldo de remuneração devido a cada delegatário, após a dedução das receitas arrecadadas em espécie, **será repassado diariamente**, considerando a remuneração calculada para o dia imediatamente anterior, com recursos oriundos da comercialização de créditos de viagem, do repasse orçamentário de verbas para custeio das gratuidades e benefícios tarifários e de eventuais receitas acessórias.*

V – os levantamentos, as consolidações e repasses de remuneração de serviços prestados em sábados, domingos e feriados serão realizados no primeiro dia útil subsequente.

Eis, portanto, a primordial razão do presente Recurso, qual seja, a de compelir que as Agravadas cumpram no mínimo com



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



suas obrigações de repasses diários, sem os quais a Agravante certamente não terá como prosseguir com a prestação de serviços avençada.

IV - DA DECISÃO AGRAVADA

A Agravante aviou pedido de obrigação de fazer em 28/10, sendo que somente no dia 10/11 o MM. Juiz decidiu o pedido de antecipação, negando de forma cartesiana, e porque não dizer positivista, a pretensão da Agravante, deixando assim de fazer Justiça, mesmo diante do total descaso dos Agravados para com a Agravada, descaso este que resultou na GREVE dos funcionários que perdura até a presente data, com prejuízos para toda a população do DF.

Para fundamentar sua negativa, o I Juiz, apesar de reconhecer os descumprimentos contratuais por parte dos Agravados, apontou a vedação legal do art. 1º, § 3º, da Lei 8.437/92, que assim estabelece:

Art. 1º. Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.

(...)

§ 3º. Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto desta ação.

Acontece, porém que a referida tutela antecipada, caso tivesse sido deferida, em hipótese alguma teria esgotado o objeto da ação, mesmo porque o



MI ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



deferimento só evitaria o aumento do prejuízo financeiro da Agravante e, consequentemente, o caos social. Ademais, a antecipação de tutela ora pleiteada é contra a omissão do poder Concedente em relação ao Contrato de Concessão (não pagamento em dia) e não contra ato propriamente dito.

Ora, com a devida vênia, TRATA-SE DE MEDIDA URGENTE, que visa proteger não só o que foi contratado entre as partes, mas visa proteger a AGRAVANTE da “QUEBRADEIRA” iminente a prevalecer tal situação de DESCASO DO PODER PÚBLICO!!!! Aliás, os Agravados sequer se preocuparam com a população do DF, que sem sombra de dúvidas é a maior prejudicada!!! Limitam-se a narrar que não têm verbas, quando grande parte destas verbas, provenientes de vales-transporte são recebidas diariamente pelos Agravados e destinadas para outras finalidades, quando deveriam sim era ser repassadas imediatamente às empresas concessionárias. Ai é que está o busílis!!! O objeto desta ação só se esgotará quando os AGRAVADOS estiverem cumprindo com suas obrigações contratuais, o que está muito longe de acontecer, até porque, até o momento, não lhes foi imposta qualquer medida coercitiva.

Ademais, a questão deve ser analisada sob ótica diversa da feita pelo MM. Juiz Singular, que não se ateve ao fato de que a obrigação de fazer tem que ser cumprida porque foi pactuada e que o dinheiro do repasse é da empresa concessionária e não do DISTRITO FEDERAL ou do DFTRANS. Não haveria, pois, qualquer prejuízo irreversível para os Agravados se a tutela fosse deferida, mesmo porque seria uma simples tutela no sentido de cumprimento contratual do que foi legalmente pactuado entre as Partes.



MI ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



A referida decisão negatória da antecipação da tutela pleiteada tem praticamente a mesma fundamentação equivocada da decisão que fora proferida pelo Juízo da 4ª. Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, nos autos da ação de obrigação de fazer nr. 2014.01.1.147341-4, que tem como partes a Viação Marechal Ltda, o DISTRITO FEDERAL e o DFTRANS. A decisão da 4ª. VFPDF foi objeto de agravo de instrumento, que tramita na 3ª. Turma Cível deste Tribunal, autos de n. 2014.00.2.026321 -9.

Referido Agravo tem o mesmo pedido do presente agravo, sendo que o Desembargador Alfeu Machado, em decisão que se alinha com o que se pode chamar de Justiça, deferiu a tutela da pretensão recursal e determinou que o DISTRITO FEDERAL e o DFTRANS cumprissem a obrigação de fazer descrita na cláusula contratual do contrato de concessão, tudo para que fosse evitado o colapso financeiro da empresa agravante. Simplesmente foi determinado que o que foi pactuado fosse cumprido, protegendo-se, assim a Viação Marechal Ltda da sua falência financeira, assim como restou prejudicados os usuários do transporte como um todo. Senão, vejamos:

Órgão : 3ª TURMA CÍVEL Classe : AGRADO DE INSTRUMENTO
Processo Número : 2014 00 2 026321-9 Agravante(s) : AUTO VIAÇÃO
MARECHAL LTDA Agravado(s) : DISTRITO FEDERAL Relator:
Desembargador ALFEU MACHADO

DECISÃO:

Vistos etc

Cuida-se de agravo de instrumento com pedido de antecipação dos efeitos da tutela em sede recursal, interposto por AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA. em face



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



da decisão de fls. 39/40 (cópia), do Juízo da Quarta Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal na ação cominatória (de obrigação de fazer) N° 2014.01.1.147341-4, proposta pelo ora recorrente em desfavor do DISTRITO FEDERAL e DISTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL, autarquia distrital, noticiando inadimplência contratual dos ora agravados, réus na origem, quanto ao efetivo cumprimento de obrigação prevista na cláusula XV.2.2 do contrato de concessão N° 008/2013-ST/DF, de modo a ser efetuado o repasse pactuado em seu favor, diariamente, nos termos contratados (...). Nesses termos, em sede de cognição sumária, porquanto evidenciados os requisitos autorizadores hábeis à medida buscada, em obediência ao disposto nos artigos 527, III c/c 273 e 461 §§3° a 5°, todos do CPC, encontrando-se a agravante em risco de colapso financeiro se não cumpridas as normas legais e regimentais já examinadas, **DEFIRO o pedido de antecipação da tutela em sede recursal pleiteado para DETERMINAR o efetivo cumprimento da obrigação de fazer prevista na cláusula XV.2.2. do contrato de concessão N° 008/2013-ST/DF e art. 4° do Decreto Distrital N° 33.559/2012, efetuando os agravados o repasse devido e pactuado com a agravante, diariamente, considerando a remuneração calculada para o dia imediatamente anterior, sob pena de multa diária por descumprimento no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), limitada a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), além de responsabilização cível e criminal, especialmente ação de improbidade dos representantes legais dos agravados - decisão para urgente e fiel cumprimento.**

Dou a esta decisão força de mandado, que vai assinada em 3 (três) vias, o que dispensa a expedição do respectivo mandado, para que se cumpra com a urgência que o caso impõe inclusive em plantão. Ressalto que o ônus de provar o pagamento é do devedor, no caso os agravados. Havendo efetiva demonstração do pagamento, imperativa a incidência do art. 461 §§ 3° e 6° c/c art. 273 §4°, inclusive de ofício.



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



Requisitem-se informações ao Ilustre Prolator para os fins do art. 526, do CPC, e outras que entender necessárias ao esclarecimento do recurso. Intimem-se os agravados para, querendo, apresentarem contrarrazões. Após, à Douta Procuradoria de Justiça que oficia perante a essa prestigiada Turma Cível face ao interesse público evidenciado (art. 82, III, do CPC). Brasília, 16 de outubro de 2014.

Desembargador ALFEU MACHADO Relator

A decisão acima do Desembargador Alfeu Machado contempla todos os fundamentos fáticos e jurídicos necessários para o deferimento imediato no presente agravo da tutela antecipada.

Cumpre esclarecer que o drama aqui noticiado é do setor empresarial de transporte coletivo urbano, vez que o Distrito Federal, por razões diversas, deixou de cumprir obrigação explícita prevista em contrato de concessão, relativa ao repasse de dinheiro que pertence às empresas concessionárias. Mas, a agravante, mais do que todas as outras empresas, como foi a primeira a entrar em operação, tem valores pecuniários diários muito maiores a receber dos Agravados, isto sem falar que a sua demanda de passageiros está bem abaixo da contratada e a sua quilometragem de rodagem bem acima.

Concluindo, em razão do descumprimento contratual por parte dos Agravados, a Agravante ficou sem caixa e já não consegue mais empréstimos financeiros para quitar suas obrigações mais prementes, entre elas a de pagamento de sua folha salarial, fato este que gerou a greve dos seus funcionários que já perdura por vários dias. Até a presente data, já são 7 dias de paralisação total, com prejuízos incomensuráveis para todos.



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



Por fim, há que se explicitar um derradeiro fato: os próprios AGRAVADOS, cientes de suas inadimplências, sugeriram diversas vezes que o único remédio que a Agravante teria seria o do ajuizamento da presente ação, pois caso contrário continuariam INERTES. Chegaram a questionar o porquê da Agravante não ter ajuizado antes a presente ação, mas, ao mesmo tempo, faziam promessas a todo instante de que finalmente cumpririam com as suas obrigações contratuais. Ledo engano!!!! Só resta à Agravante, pois, se socorrer ao Poder Judiciário para evitar a sua própria falência. Não se pede muita coisa, apenas que os Agravados cumpram com as suas obrigações, devidamente contratadas.

Nunca é por demais lembrar que o atraso dos Agravados no cumprimento de suas obrigações mais prementes, quais sejam, a do pagamento dos serviços prestados e repasse financeiro das receitas de vales-transporte e outras, restou devidamente **CONFESSADO** quando de suas manifestações. Entretanto, as suas frágeis justificativas de falta de caixa são inadmissíveis do ponto de vista contratual e moral, isto sem falar no descaso para com a população do DF, que está privada do transporte por culpa única e exclusiva dos Agravados (GREVE).

V - DO PEDIDO

Pelo exposto requer a Agravante o recebimento da presente impugnação como agravo de instrumento e, de imediato, sem audiência da parte contrária, a concessão de tutela antecipada para determinar o cumprimento da obrigação de fazer prevista em cláusula contratual explícita (XV 2.2 do Contrato de



MH ADVOCACIA

Assessoria e Consultoria
Márcio Américo Martins da Silva
Hermano Camargo Jr.
Wanderley Gregoriano de Castro Filho



Concessão nr. 01/12-ST/DF e no art. 4º. do Decreto Distrital nr. 33.559/2012), para que os agravados efetuem diariamente os repasses devidos e pactuados à agravante, *"considerando a remuneração calculada para o dia imediatamente anterior"*, sob pena de multa diária de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), que incidirá em caso de resistência ou desobediência no que concerne ao atendimento da determinação judicial.

Ao final, em definitivo, a confirmação da tutela concedida;

Pugna pelas intimações das Agravadas e do MP.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 11 de Novembro de 2014.

WANDERLEY GREGORIANO DE CASTRO FILHO

OAB-DF 8.018

HERMANO CAMARGO JÚNIOR

OAB-DF 7.690

MÁRCIO AMÉRICO MARTINS DA SILVA

OAB-DF 7.934



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Desembargadora Vera Andrichi



Órgão : 6ª Turma Cível
Classe : AGI- Agravo de Instrumento
N. Processo : 2014 00 2 029300-4
Agravante : Viação Pioneira Ltda.
Agravados : Distrito Federal e outro
Relatora Desa. : Vera Andrichi

DECISÃO

VIAÇÃO PIONEIRA LTDA. opôs agravo de instrumento da decisão (fls. 95/6) que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, nos seguintes termos:

"[...] Para que seja concedida a antecipação dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial mostra-se necessária a presença de dois requisitos, quais sejam 1) o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, em razão do periculum in mora, bem como 2) a verossimilhança da alegação diante da existência de prova inequívoca, nos termos do art. 273, inc. I, do CPC.

O autor pretende obter tutela de urgência com o objetivo de receber valores atrasados referentes aos serviços de transporte público de passageiros prestados no âmbito do Distrito Federal.

Em que pese a clara determinação contratual no sentido de que o pagamento dos valores arrecadados no transporte público distrital devem ser repassados diariamente às empresas que operam no sistema, observados os critérios estabelecidos no negócio jurídico celebrado entre as partes, bem como na legislação pertinente à espécie, existe clara vedação legal para a concessão da tutela de urgência exorada.

A Lei 8.437/1992 assim estabeleceu, in verbis:

Art. 1º Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Desembargadora Vera Andrichi



TJDF

ÁGI N.º 2014 00 2 029300-4

§ 1º Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos processos de ação popular e de ação civil pública.

§ 3º Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação.

§ 4º Nos casos em que cabível medida liminar, sem prejuízo da comunicação ao dirigente do órgão ou entidade, o respectivo representante judicial dela será imediatamente intimado. § 5º Não será cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários.

(Ressalvam-se os grifos).

Nesse mesmo sentido, a Lei nº 12.016/2009 (LMS) trouxe, em seu texto, algumas vedações à concessão da tutela antecipada. Em seu art. 7º, §§ 2º e 5º, a referida norma impede a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

Sob esse mesmo prisma, o art. 1º, § 3º, da Lei 8.437/1992 assevera que descabe o deferimento de medida liminar que venha a esgotar, no todo ou em parte, o objeto da ação. Na espécie, o deferimento do requerimento em questão esgotaria na totalidade o escopo principal do processo.

Tendo em vista que o caso em tela ajusta-se à vedação legal mencionada, indefiro a antecipação de tutela pleiteada.

Cite-se."

Alega que celebrou com o Distrito Federal contrato de concessão para prestação de serviços públicos de transporte urbano, cabendo ao agravado-réu dar fiel cumprimento às disposições inseridas no instrumento contratual, bem como cumprir as normas legais e regulamentares que disciplinam a concessão outorgada.

Assevera que as normas legais e contratuais que disciplinam a sua remuneração pela prestação do serviço vêm sendo descumpridas paulatinamente pelos agravados-réus, eis que não repassam os valores em conformidade com o disposto no contrato.

Aduz que o contrato prevê que "os valores oriundos do



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Desembargadora Vera Andrichi



AGI N.º 2014 00 2 029300-4

repassse do subsídio e do pagamento da tarifa usuário por meio de comercialização de créditos eletrônicos, bem como as eventuais receitas acessórias, serão consolidados na conta de compensação, sendo repassados diariamente à concessionária, na forma e na periodicidade definidas no Decreto Distrital 33.559, de 1º de março de 2012, em montante que, acrescido das receitas auferidas diretamente pela concessionária, totaliza o valor de sua tarifa técnica multiplicado pelos passageiros pagantes transportados por ela no mesmo período."

Argumenta que os agravados-réus vêm atrasando os pagamentos diários das tarifas relativas aos passageiros efetivamente transportados, demonstrando total inadimplência em relação às suas obrigações contratuais básicas, tornando insustentável a manutenção da prestação do serviço público, o que culminou com a greve de seus funcionários, que já dura mais de uma semana.

Afirma que o objeto da ação principal somente se esgotará quando os agravados-réus estiverem cumprindo com suas obrigações contratuais, o que não vem acontecendo, até porque, até o momento, não lhes foi imposta qualquer medida coercitiva.

Adverte que o atraso no cumprimento das obrigações foi confessado pelos agravados-réus quando de suas manifestações nos autos, o que corrobora suas alegações.

Requer a concessão do efeito suspensivo para determinar que os agravados-réus cumpram as disposições contratuais, efetuando diariamente os repasses devidos, sob pena de multa diária de R\$ 200.000,00. No mérito, pugna pelo conhecimento e provimento do recurso para deferir o



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Desembargadora Vera Andrichi



TJDF-T

AGINº 2014 00 2 029300-4

39

pedido de antecipação dos efeitos da tutela para determinar que os agravados-réus cumpram integralmente o contrato, repassando os valores devidos diariamente, sob pena de multa diária.

Preparo (fl. 372).

É o relatório. Decido.

A atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento reclama a presença simultânea da relevância dos fundamentos e da possibilidade de lesão grave ou de difícil reparação, a teor das disposições do art. 558 do Código de Processo Civil. Ausentes tais elementos, ou qualquer deles, não se mostra possível o acolhimento do pedido.

Na hipótese, em um juízo de cognição sumária, reputa-se não estarem presentes os requisitos indispensáveis para a concessão da tutela de urgência.

A antecipação dos efeitos da tutela pretendida exige, para a sua concessão, a presença dos pressupostos da verossimilhança da alegação, com escoramento em prova inequívoca, e do fundado receio de dano ou de difícil reparação, nos termos do art. 273 do Código de Processo Civil.

Desse modo, somente deve se deferida a antecipação dos efeitos da tutela quando o provimento é necessário para garantir que o futuro resultado do processo seja útil à parte vencedora, e demonstrado que, em caso de indeferimento, haverá perecimento do direito do autor.

Na hipótese, o provimento pretendido pelo agravante autor



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Desembargadora Vera Andrichi



TJDF

AG N.º 2014 00 2 029300-4

394

tem índole evidentemente satisfativa. É certo que a antecipação dos efeitos da tutela, seja na primeira instância, seja em grau de recurso, quando integral, tem efetivo resultado exauriente e é por isso que o Juiz ao analisar o pedido antecipatório, além dos requisitos já enumerados, deve verificar a possibilidade de reversão desse procedimento, nos termos do art. 273, § 2º do Código de Processo Civil.

Assim, o julgador não pode se afastar do exame do chamado perigo da demora inverso, ou seja, dos riscos que o provimento antecipatório poderá acarretar à parte recorrida.

Toda e qualquer tutela antecipada deve ser passível de reversibilidade, nos termos do art. 273, § 2º, do CPC, porquanto sua validade vincula-se à sorte do pedido principal, a ser resolvido na sentença.

Sobre o tema, confira-se ensinamento do Ministro Teori Albino Zavascki:

"No particular, o dispositivo observa estritamente o princípio da salvaguarda do núcleo essencial: antecipar irreversivelmente seria antecipar a própria vitória definitiva do autor, sem assegurar ao réu o exercício do seu direito fundamental de se defender, exercício esse que, ante a irreversibilidade da situação de fato, tornar-se-ia absolutamente inútil, como inútil seria, nestes casos, o prosseguimento do próprio processo." (Antecipação de Tutela, 2ª edição, São Paulo, Saraiva, 1999, pg. 97).

Assim, em razão do perigo de irreversibilidade do provimento antecipatório, afigura-se inviável a concessão de antecipação de tutela para que se determine aos agravados-autores que repassem os valores integrais, em conformidade com as cláusulas contratuais, pois a medida seria



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Desembargadora Vera Andrighi



395
395
TJDF

AGI N.º 2014 00 2 029300-4

irreversível e esgotaria o objeto da ação.

Evidenciado o risco de irreversibilidade da medida pretendida a título de antecipação do provimento final, há de se prestigiar a decisão agravada.

Ademais, conforme consignado na decisão agravada, a Lei 12.016/2009 veda a concessão de tutela antecipada quando a medida esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação.

Assim, nessa análise inicial, o exame do indispensável equilíbrio entre os direitos confrontados evidencia que não se encontram presentes os requisitos necessários ao deferimento da antecipação da tutela recursal.

Isso posto, **indefiro** o pedido de antecipação da tutela recursal, ante o perigo de irreversibilidade do provimento antecipatório.

Aos agravados-réus para resposta.

Após, à Douta Procuradoria de Justiça, ante o interesse público evidenciado.

Intimem-se. Oficie-se.

Brasília, 13/11/14


VERA ANDRIGHI
Desembargadora



26
7

EXMA SRA RELATORA DESEMBARGADORA VERA ANDRIGHI
6ª TURMA CÍVEL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL

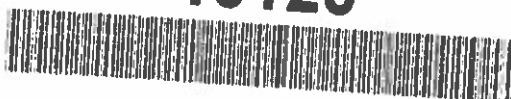
PROCESSO: 2014.00.2.029300-4

RECORRENTE: VIAÇÃO PIONEIRA LTDA

RECORRIDO: DISTRITO FEDERAL e outro

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
6ª TURMA CÍVEL
01/12/2014 18:22:38

10120



O DISTRITO FEDERAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por seu Procurador, no exercício regular das atribuições do cargo, poderes *ex lege*, vem, com o devido respeito e acatamento, apresentar CONTRAMINUTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto contra a decisão que indeferiu o pedido de antecipação da tutela formulado nos autos de ação ordinária proposta perante a 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, fazendo-o com fulcro no artigo 527, V, do CPC e aduzindo para tanto os fundamentos constantes da contraminuta anexa, pugnando, desde já, pelo conhecimento e improvimento do recurso manejado.

Nesses termos, pede e espera deferimento.
Brasília, DF, 1º de dezembro de 2014.

Luciana Ribeiro e Fonseca
Procuradora do Distrito Federal
OAB/DF – 14.279



27
✓

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2014.00.2.029300-4

RECORRENTE : VIAÇÃO PIONEIRA LTDA
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL E OUTRO

CONTRAMINUTA DE AGRAVO

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA,
DOUTA 6ª TURMA CÍVEL,
SENHORES DESEMBARGADORES,**

I - BREVE HISTÓRICO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra os termos da decisão interlocutória que indeferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pelo ora recorrente em sede de ação ordinária proposta perante o Douto Juízo da 2ª Vara da fazenda Pública do Distrito Federal.

Extrai-se da inicial que o consórcio alega ser concessionário do serviço de transporte coletivo do Distrito Federal e que este último encontra-se inadimplente em relação às suas obrigações contratuais.

Em suma, aduz que os repasses que diariamente ficam a cargo do Distrito Federal não estão sendo feito com regularidade e, em razão disso, seria credor da importância de mais de noventa milhões de reais.

A apreciar o pedido de liminar, o Douto Juízo processante houve por bem indeferi-la.

Irresignado, o autor apresentou recurso de agravo de instrumento pretendendo a reforma da decisão



agravada ao argumento de que houve descumprimento da cláusula X.V.2.2 do Contrato de Concessão nº 008/2012-ST/DF e do art. 4º do Decreto Distrital 33.559/2012, que a pretensão é garantir os repasses diários previstos no citado contrato, que há perigo de demora referente à sobrevivência da empresa.

Consoante decisão da ilustre Desembargadora Relatora, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal foi negado.

Este é o resumo dos fatos relevantes ao deslinde da controvérsia.

II - DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO DE AGRAVO

O recurso ajuizado é o cabível, em face da natureza da decisão atacada. O recorrente foi intimado da decisão agravada no dia 10/11/2014, como se infere da certidão acostada à fl.. Tempestiva, pois, a irresignação.

III - DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA - DO IMPROVIMENTO DO RECURSO AJUIZADO

Em que pese o ingente esforço da empresa agravante, a pretensão recursal não merece prosperar, devendo prevalecer a decisão recorrida por seus próprios e judiciosos fundamentos.

À toda evidência, na esteira da decisão recorrida, verifica-se que incontornável a vedação legal para a concessão da antecipação de tutela pretendida.

Ao contrário do afirmado pelo agravante, o deferimento da tutela antecipada, seja no que refere à obrigação de fazer, seja no que se refere à obrigação de pagar, a par da vedação legal e fática adiante exposta, esgotaria o escopo principal do feito, senão vejamos.



29

III.A - DAS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS

Inicialmente, deve ser destacado que nem o pagamento dos valores retroativos supostamente devidos nem o repasse diário podem ser executados, uma vez que não há disponibilidade, no orçamento da DFTRANS, para pagamento de tal importância.

Todo o valor disponibilizado no orçamento para pagamento da parcela relativa à tarifa subsidiada foi utilizado, não restando o mínimo saldo disponível para saldar eventuais dívidas.

Tal circunstância põe em descrédito a afirmação da agravante no sentido de que possui verba a ser percebida. Isto porque, quando da elaboração do orçamento, fez-se a previsão adequada para o pagamento de todas as despesas relativas ao subsídio das tarifas dos ônibus. Ao se admitir a subsistência de débitos a serem liquidados pela Administração Pública, pode-se, perfeitamente, ter havido superfaturamento na indicação, pelas concessionárias, dos valores a elas devidos.

Ademais, há expressa previsão constitucional no sentido de que é vedada a realização de despesas que sejam excedentes aos créditos orçamentários. Esta é a norma que se extrai da interpretação do inciso II do artigo 167 da Constituição da República, *in verbis*:

"Art. 167. São vedados:

(...)

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;"

Não há a mínima disponibilidade orçamentária para o pagamento das verbas vindicadas e tal



circunstância inviabiliza o acolhimento do pleito autoral por expressa vedação legal, nos termos do artigo 167, II, da Constituição da República, acima transcrito.

Forte nessas razões, é de se concluir que é inviável fática e juridicamente a concessão da antecipação dos efeitos da tutela, de sorte que merece ser improvido o presente recurso.

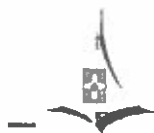
Mas não é só!

III.B - OBRIGAÇÃO DE FAZER NÃO SE CONFUNDE COM OBRIGAÇÃO DE PAGAR. VEDAÇÃO AO PAGAMENTO DE VERBA PÚBLICA POR MEIO DE LIMINAR.

A parte agravante, em seu recurso, expõe entendimento equivocado no que toca ao objeto do pleito. Obrigação de fazer e obrigação de pagar não se confundem, sobretudo quando se está diante de imposição de pagamento em desfavor da Fazenda Pública.

Com efeito, a parte recorrente postula sejam os entes públicos recorridos compelidos a efetuarem o "repasse" supostamente a ela devido. Ao utilizar-se da expressão "repasse", a empresa autora remete à obrigação de fazer e não à obrigação de pagar, entretanto, há que se atentar, data maxima venia, para qualquer sofisma que resulte em burla à ordem cronológica dos precatórios.

Notem, Eminentes Desembargadores, que a partir do momento em que a empresa autora afirma que a Administração Pública deve ser condenada, até mesmo liminarmente, a proceder ao "repasse", trata-se, em verdade, de obrigação de pagar e não de fazer, como quer fazer crer a peça de ingresso.



Tal alerta é de suma importância, uma vez que a obrigação de pagar imposta à Administração Pública na via judicial possui contornos absolutamente distintos da obrigação de fazer, sobretudo no que se refere ao fato de que, a primeira, deve, necessariamente, obedecer ao regime de precatórios.

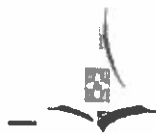
Expliquemos melhor:

É inegável a natureza jurídica de **verba pública** da importância objeto de liberação pela decisão ora impugnada. Afirma-se isso, pois o dinheiro a ser repassado às concessionárias, a título de subsídio, é formado pela contraprestação do distrital pelos serviços de transporte público realizados.

Isto é, a verba a ser paga pelo Distrito Federal/DFTRANS é dinheiro oriundo dos cofres públicos a serem utilizados a título de subsídios das tarifas pagas pela execução do serviço de transporte coletivo de passageiros. É dizer, é incontornável a natureza jurídica de verba pública o pagamento almejado pela parte agravante.

Mesmo que assim não fosse, o artigo 100 da Constituição da República dispõe que "os pagamentos" devidos pela Fazenda Pública serão adimplidos exclusivamente por meio de precatórios, não fazendo qualquer distinção quanto à natureza jurídica da verba objeto de pagamento, *in verbis*:

"Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim."



32
M

Relativamente ao dispositivo em comento, o que interessa para o caso dos autos é que o Constituinte não fez qualquer distinção acerca da natureza jurídica da verba objeto de pagamento. Limitou-se a dispor apenas "pagamentos devidos", ou seja, **qualquer que seja a origem da verba, se tiver de ser feito o pagamento pela Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária, ele somente poderá ser levado a cabo após o trânsito em julgado da sentença.**

Em outras palavras, a pretensão da parte recorrente consistente no "repasse" dos valores que ela entende que lhes são devidos não poderá ser feito por meio de decisão interlocutória, mas sim somente por meio de sentença judicial transitada em julgado, obedecida a ordem cronológica dos precatórios, tal como dispõe o artigo 100 da Constituição da República.

Vejamos com mais vagar as limitações aos pagamentos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de ação judicial:

III.B.1 - Impossibilidade de liberação de verba pública por decisão interlocutória. Necessidade de expedição de precatório.

Os débitos da Fazenda Pública, constituídos por meio de decisão judicial (sentença) somente poderão ser adimplidos após o trânsito em julgado da sentença. Este é o teor do artigo 100 da Constituição da República.

Em outro de dizer, em se tratando de obrigação de pagar imposta à Fazenda Pública, não se procederá a medidas de constrição patrimonial. Aplicam-se as regras do Precatório (ou da Requisição de Pequeno Valor, conforme o caso), a partir da presunção de solvibilidade do Poder Público.



tema:

Vejamos o que diz a legislação que trata do

CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, **em virtude de sentença judicial transitada em julgado**, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.

(...)

§ 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer **em virtude de sentença judicial transitada em julgado**.

(...)

§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, **oriundos de sentenças transitadas em julgado**, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o



34
4

pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL:

Art. 730. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 10 (dez) dias; se esta não os opuser, no prazo legal, observar-se-ão as seguintes regras:

I - o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente;

II - far-se-á o pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito.

Realmente, em razão da exigência constitucional e legal acima citada, a expedição das requisições de pagamento (sejam Precatórios, sejam Requisições de Pequeno Valor) pressupõe o trânsito em julgado não só da decisão proferida na fase de conhecimento, mas também dos próprios Embargos à Execução eventualmente interpostos pela Fazenda Pública, conforme pacífico e remansoso entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça:

*"EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. (...) 2. A expedição do precatório somente se viabiliza após a definição do quantum debeat, resultante do exame das questões arguidas nos embargos à execução. Nesses termos, **OS VALORES IMPUGNADOS SOMENTE PODERÃO SER PAGOS APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA CONCESSÃO DE EFEITO***



35
40

SUSPENSIVO, 3. *Agravo regimental desprovido.*"
(grifamos)

(AgRg nos EmbExeMS 6.864/DF, Rel. Ministra
LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em
13/10/2010, DJe 05/11/2010)

Dessa maneira, ainda que os valores fossem incontestados, o que se admite somente para argumentar, não seria possível o pagamento por meio de uma decisão interlocutória. Questão anterior e prejudicial ainda está *sub judice*, sendo constitucionalmente vedado, portanto, o cumprimento da decisão, sendo certo que somente com o trânsito em julgado respectivo poderá eventual pagamento ser feito em favor da parte agravante.

De fato, a expedição de Precatório ou de Requisição de Pequeno Valor depende do trânsito em julgado da decisão judicial, entendida esta como a última proferida no processo de execução que diga respeito à quantia devida, ou seja, trânsito em julgado dos Embargos à Execução.

É a própria Lei Maior que veda a expedição de Precatório e de Requisição de Pequeno Valor enquanto o crédito ou o procedimento para quitá-lo estiverem sendo objeto de discussão judicial, revelando à toda prova a absoluta impossibilidade de cumprimento da decisão recorrida, sob pena de direta violação aos artigos 100 da CF/88 e 730 do CPC.

Nesse diapasão, verifica-se que a pretensão autoral, ao tentar a liberação de verba pública sem o trânsito em julgado da sentença, encerraria verdadeiro vício procedimental, contrariando dispositivos expressos da Constituição e do Código de Processo Civil, que obstam o pagamento pela Fazenda Pública antes de findo o processo executivo.

III.B.2 - Das vedações legais à concessão de tutela antecipada em desfavor da Fazenda Pública.



Não bastasse o fato de que tão substanciosos argumentos sejam bastantes em si para retirar a legitimidade da pretensão autoral, **existem claras vedações legais para concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública**, as quais são perfeitamente aplicáveis ao caso dos autos.

Sobre o tema, dispõe a Lei 8.437/92:

"Art. 1º Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.

§ 1º Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos processos de ação popular e de ação civil pública.

§ 3º Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação.

(...)

§ 5º Não será cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários.

(...)

Art. 3º O recurso voluntário ou ex officio, interposto contra sentença em processo cautelar, proferida contra pessoa jurídica de direito público ou seus agentes, que importe em outorga ou adição de vencimentos ou de



reclassificação funcional, terá efeito suspensivo."

Por sua vez, reza a Lei 9.494/97:

Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992.

(...)

Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado.

A Lei 12.016/2009 revogou expressamente as Leis 4.348/64 e 5.021/66 (artigo 29), mas acabou por repetir as restrições nelas já existentes ao deferimento de medidas liminares contra o Poder Público:

"Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:
(...)

III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.
(...)

§ 2º Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos



38
P

tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

(...)

§ 5º As vedações relacionadas com a concessão de liminares previstas neste artigo se estendem à tutela antecipada a que se referem os arts. 273 e 461 da Lei nº 5.869, de 11 janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

(...)

Art. 14. (...)

§ 1º Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

(...)

§ 3º A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar."

Vale ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, ao deferir liminar na ADC nº 04, não vislumbrou qualquer vício de inconstitucionalidade no artigo 1º da Lei 9.494/97, decisão posteriormente ratificada pelo Plenário em 01/10/2008.

Pois bem,

É evidente que a antecipação dos efeitos da tutela pretendida no caso em apreço tem o condão de lançar por terra as vedações estatuídas pelo arcabouço legal supracitado, considerado, inclusive, constitucional pela Corte Excelsa.

Em outras palavras, o pagamento de verba pública sem o trânsito em julgado da sentença e que ainda está



sendo objeto de discussão judicial, tal como almeja a parte agravante, trará dispêndio de recursos financeiros sem previsão orçamentária, o que é vedado pela legislação acima transcrita.

Dessa maneira, forçoso é reconhecer que a sua pretensão não merece acolhimento.

Mas não é só!

A tutela antecipada também não poderia ser deferida, pois o **seu conteúdo confunde-se com o próprio mérito da demanda**. Isto é, com a concessão da tutela antecipada, a ação será esvaziada quase que por completo, pois a parte autora já terá conseguido o bem da vida perseguido. E sobre o tema também existe expressa vedação legal.

A concessão de tutela antecipada tal como o foi requerida pela parte autora **é terminantemente vedada pelo que dispõe o §3º do art. 1º da Lei 8.437/92: "Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação"**.

Nessa perspectiva, é de se concluir que também são inúmeros os óbices legais para a prolação de decisão nos exatos termos em que pleiteados pela parte autora, ora agravante, o que demonstra o acerto da decisão do Juízo de piso, injustamente atacada.

III.C - DA NECESSIDADE DE AUDITORIA NAS PLANILHAS APRESENTADAS

Para por uma última pá de cal no assunto, deve ser destacado que o presente recurso não deve prosperar, pois os valores foram arbitrados de forma unilateral pela parte agravante, sem qualquer intervenção do Poder Público na sua feitura.



410
7

Isto quer dizer que os valores pretendidos pela parte, caso se entenda que são devidos, podem não corresponder com a importância equivalente à contraprestação estatal.

Assim, é necessária a realização de minuciosa auditoria nas contas apresentadas a fim de verificar qual seria o real montante devido à parte autora.

Nessa ordem de ideias, também por esse motivo, não merece reforma a decisão que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

A guisa de conclusão, verifica-se que a **indisponibilidade do interesse público e a supremacia deste sobre o particular impunham cautela na análise do pleito liminar**, a fim de evitar verdadeira sangria dos cofres públicos.

IV - DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto neste arrazoado, o Distrito Federal requer e espera seja **negado provimento ao recurso de agravo de instrumento** interposto, tudo por ser de direito e de justiça.

Termos em que espera deferimento.
Brasília, DF, 1º de dezembro de 2014.

Luciana Ribeiro e Fonseca
Procuradora do Distrito Federal
OAB/DF - 14.279



Órgão	:	6ª TURMA CÍVEL
Classe	:	AGRAVO DE INSTRUMENTO
N. Processo	:	20140020293004AGI (0029845-23.2014.8.07.0000)
Agravante(s)	:	VIAÇÃO PIONEIRA LTDA
Agravado(s)	:	DISTRITO FEDERAL, DFTRANS
Relatora	:	TRANSPORTE URBANO DO DF
Acórdão N.	:	Desembargadora VERA ANDRIGHI 849190

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. REPASSE DE VERBA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. PERIGO DE IRREVERSIBILIDADE DA MEDIDA.

I - O pedido de antecipação dos efeitos da tutela somente pode ser deferido quando presentes a prova inequívoca da verossimilhança da alegação e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

II - Constatado o perigo de irreversibilidade do provimento antecipatório, § 2º do art. 273 do CPC, deve ser indeferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

III - Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores da **6ª TURMA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, **VERA ANDRIGHI** - Relatora, **ESDRAS NEVES** - 1º Vogal, **HECTOR VALVERDE** - 2º Vogal, sob a presidência da Senhora Desembargadora **VERA ANDRIGHI**, em proferir a seguinte decisão: **CONHECIDO. DESPROVIDO. UNÂNIME.**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília(DF), 11 de Fevereiro de 2015.

Documento Assinado Eletronicamente
VERA ANDRIGHI
Relatora

RELATÓRIO

VIAÇÃO PIONEIRA LTDA. opôs agravo de instrumento da decisão (fls. 95/6) que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, nos seguintes termos:

"[...] Para que seja concedida a antecipação dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial mostra-se necessária a presença de dois requisitos, quais sejam 1) o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, em razão do periculum in mora, bem como 2) a verossimilhança da alegação diante da existência de prova inequívoca, nos termos do art. 273, inc. I, do CPC.

O autor pretende obter tutela de urgência com o objetivo de receber valores atrasados referentes aos serviços de transporte público de passageiros prestados no âmbito do Distrito Federal.

Em que pese a clara determinação contratual no sentido de que o pagamento dos valores arrecadados no transporte público distrital devem ser repassados diariamente às empresas que operam no sistema, observados os critérios estabelecidos no negócio jurídico celebrado entre as partes, bem como na legislação pertinente à espécie, existe clara vedação legal para a concessão da tutela de urgência exorada. A Lei 8.437/1992 assim estabeleceu, in verbis:

Art. 1º Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.

§ 1º Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar nominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos processos de ação popular e de ação civil pública.

§ 3º Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação.

§ 4º Nos casos em que cabível medida liminar, sem prejuízo da comunicação ao dirigente do órgão ou entidade, o respectivo representante judicial dela será imediatamente intimado. § 5º Não será cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários. (Ressalvam-se os grifos).

Nesse mesmo sentido, a Lei nº 12.016/2009 (LMS) trouxe, em seu texto, algumas vedações à concessão da tutela antecipada. Em seu art. 7º, §§ 2º e 5º, a referida norma impede a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

Sob esse mesmo prisma, o art. 1º, § 3º, da Lei 8.437/1992 assevera que descabe o deferimento de medida liminar que venha a esgotar, no todo ou em parte, o objeto da ação. Na espécie, o deferimento do requerimento em questão esgotaria na totalidade o escopo principal do processo.

Tendo em vista que o caso em tela ajusta-se à vedação legal mencionada, indefiro a antecipação de tutela pleiteada.

Cite-se."

Alega que celebrou com o Distrito Federal contrato de concessão para prestação de serviços públicos de transporte urbano, cabendo ao agravado-réu dar fiel cumprimento às disposições inseridas no instrumento contratual, bem como cumprir as normas legais e regulamentares que disciplinam a concessão outorgada.

Assevera que as normas legais e contratuais que disciplinam a sua remuneração pela prestação do serviço vêm sendo descumpridas paulatinamente pelos agravados-réus, eis que não repassam os valores em conformidade com o disposto no contrato.

Aduz que o contrato prevê que "os valores oriundos do repasse do subsídio e do pagamento da tarifa usuário por meio de comercialização de créditos eletrônicos, bem como as eventuais receitas acessórias, serão consolidados na conta de compensação, sendo repassados diariamente à concessionária, na forma e

na periodicidade definidas no Decreto Distrital 33.559, de 1º de março de 2012, em montante que, acrescido das receitas auferidas diretamente pela concessionária, totaliza o valor de sua tarifa técnica multiplicado pelos passageiros pagantes transportados por ela no mesmo período."

Argumenta que os agravados-réus vêm atrasando os pagamentos diários das tarifas relativas aos passageiros efetivamente transportados, demonstrando total inadimplência em relação às suas obrigações contratuais básicas, tornando insustentável a manutenção da prestação do serviço público, o que culminou com a greve de seus funcionários, que já dura mais de uma semana.

Afirma que o objeto da ação principal somente se esgotará quando os agravados-réus estiverem cumprindo com suas obrigações contratuais, o que não vem acontecendo, até porque, até o momento, não lhes foi imposta qualquer medida coercitiva.

Adverte que o atraso no cumprimento das obrigações foi confessado pelos agravados-réus quando de suas manifestações nos autos, o que corrobora suas alegações.

Requer a concessão do efeito suspensivo para determinar que os agravados-réus cumpram as disposições contratuais, efetuando diariamente os repasses devidos, sob pena de multa diária de R\$ 200.000,00. No mérito, pugna pelo conhecimento e provimento do recurso para deferir o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para determinar que os agravados-réus cumpram integralmente o contrato, repassando os valores devidos diariamente, sob pena de multa diária.

Preparo (fl. 372).

O pedido de concessão de antecipação da tutela recursal foi indeferido (fls. 390/5).

O agravado-réu apresentou resposta (fls. 402/16).

O parecer ministerial (fls. 419/35) do Exm. Procurador de Justiça Eduardo Albuquerque oficia pelo conhecimento e provimento do recurso.

É o relatório.

Código de Verificação :2015ACON91R7RJQ7B3WSN9DDJXE

GABINETE DA DESEMBARGADORA VERA ANDRIGHI

VOTOS

A Senhora Desembargadora VERA ANDRIGHI - Relatora

Conheço do agravo de instrumento, porque presentes os pressupostos de admissibilidade.

A antecipação de tutela pretendida exige, para a sua concessão, a presença dos pressupostos da verossimilhança da alegação, com escoramento em prova inequívoca, e do fundado receio de dano ou de difícil reparação, nos termos do art. 273 do Código de Processo Civil.

O provimento pretendido pelo agravante-autor tem índole evidentemente satisfativa. É certo que a antecipação dos efeitos da tutela, seja na primeira instância, seja em grau de recurso, quando integral, tem efetivo resultado exauriente e é por isso que o Juiz ao analisar o pedido antecipatório, além dos requisitos já enumerados, deve verificar a possibilidade de reversão desse procedimento, nos termos do art. 273, § 2º do Código de Processo Civil.

Assim, o julgador não pode se afastar do exame do chamado perigo da demora inverso, ou seja, dos riscos que o provimento antecipatório poderá acarretar à parte recorrida.

Toda e qualquer tutela antecipada deve ser passível de reversibilidade, nos termos do art. 273, § 2º, do CPC, porquanto sua validade vincula-se à sorte do pedido principal, a ser resolvido na sentença.

Sobre o tema, confira-se ensinamento do Ministro Teori Albino Zavascki:

"No particular, o dispositivo observa estritamente o princípio da salvaguarda do núcleo essencial: antecipar irreversivelmente seria antecipar a própria vitória definitiva do autor, sem assegurar ao réu o exercício do seu direito fundamental de se defender, exercício esse que, ante a irreversibilidade da situação de fato, tornar-se-ia absolutamente inútil, como inútil seria, nestes casos, o prosseguimento do próprio processo." (Antecipação de Tutela, 2ª edição, São Paulo, Saraiva, 1999, pg. 97).

Assim, em razão do perigo de irreversibilidade do provimento antecipatório, afigura-se inviável a concessão de antecipação dos efeitos da tutela para que se determine aos agravados-autores que repassem os valores integrais, em conformidade com as cláusulas contratuais, pois a medida seria irreversível e esgotaria o objeto da ação.

A propósito do tema, os arestos a seguir:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DAS DESPESAS HOSPITALARES. IMPOSSIBILIDADE.

1. A pretensão do agravante esbarra no artigo 1º, caput, da Lei 9.494/97 c/c o artigo 5º da Lei nº 4.348/64, os quais obstem a concessão de tutela antecipada que objetive qualquer pagamento, tendo em vista a irreversibilidade de tal medida para o Poder Público.

2. Ainda, não se divisa a possibilidade de o agravante vir a experimentar danos iminentes, irreparáveis ou de difícil reparação, porquanto se, ao final, vier a sagrar-se vencedor na demanda, certamente será ressarcido das despesas hospitalares e dos prejuízos eventualmente sofridos.

3. Agravado conhecido e não provido."

(Acórdão n.835927, 20140020095743AGI, Relator: SILVA LEMOS, 3ª Turma Cível, Data de Julgamento: 19/11/2014, Publicado no DJE: 04/12/2014. Pág.: 84, grifo nosso).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCESSÃO DE PASSE LIVRE NO TRANSPORTE PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. EFEITO EXAURIENTE DA MEDIDA. IMPOSSIBILIDADE. PERIGO DE IRREVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO ANTECIPATÓRIO.

1. Quando a tutela antecipada tem efetivo resultado exauriente, como no caso vertente, o julgador além dos requisitos da verossimilhança das alegações e do fundado receio de ano

irreparável, deve verificar nos termos do art. 273, §2º do CPC, a possibilidade de reversão desse provimento.

2. Assim, em razão do perigo de irreversibilidade do provimento antecipatório, afigura-se inviável a concessão de antecipação de tutela para que se determine a concessão à agravante de passe livre no transporte público do Distrito Federal.

3. Agravo improvido."

(Acórdão n.729165, 20130020162604AGI, Relator: ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 23/10/2013, Publicado no DJE: 06/11/2013. Pág.: 156, grifo nosso).

Evidenciado o risco de irreversibilidade da medida pretendida a título de antecipação do provimento final, há de se prestigiar a decisão agravada.

Nesses termos, improcede o pleito de antecipação dos efeitos da tutela, quando a pretensão carece de instrução probatória e há risco de irreversibilidade da medida.

Ademais, conforme consignado na decisão agravada, a Lei 12.016/2009 veda a concessão da tutela antecipada quando a medida esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação.

Assim, o exame do indispensável equilíbrio entre os direitos confrontados evidencia que não se encontram presentes os requisitos necessários ao deferimento da antecipação da tutela recursal.

Isso posto, conheço do agravo de instrumento e **nego provimento**.
É o voto.

O Senhor Desembargador ESDRAS NEVES - Vogal

Com o relator

O Senhor Desembargador HECTOR VALVERDE - Vogal

Com o relator

Código de Verificação :2015ACON91R7RJQ7B3WSN9DDJXE

GABINETE DA DESEMBARGADORA VERA ANDRIGHI

DECISÃO

CONHECIDO. DESPROVIDO. UNÂNIME.

Código de Verificação :2015ACON91R7RJQ7B3WSN9DDJXE

GABINETE DA DESEMBARGADORA VERA ANDRIGHI